

“Ubi fides, ibi libertas” (Santo Ambrósio)

por Julián Carrón

Apontamentos da Assembleia com os Responsáveis de Comunhão e Libertação em Itália

Pacego di Lazise (Verona), 3 de Março de 2013

1. Uma atitude problemática verdadeira

Como é que os resultados das eleições e a situação em que nos encontramos nos desafiam? Independentemente de todas as análises possíveis, o que é que dizem a cada um de nós e a nós como comunidade cristã?

Parece-me, embora só observando os resultados e sem necessidade de uma genialidade especial, que podemos ver distintamente uma fragmentação e uma confusão gerais: as ideologias que vencem, de um lado, e o desconcerto de tantas pessoas, de outro. Como é que esses dados nos questionam? O que nos diz o facto de muitos, com um ímpeto de mudança tantas vezes confuso e ambíguo, estarem em busca de algo de diferente e votem em conformidade? Só se levarmos em conta a gravidade da situação, poderemos avaliar a credibilidade de propostas e tentativas de solução. Será que basta “levar para casa” algo para si? Mudar a palavra de ordem? Basta novas instruções de utilização? Em outros termos, um moralismo será capaz de mudar substancialmente a situação? Deixo aberta a questão. Não demos por adquirido que já a compreendemos. Espero que possamos continuar ajudando-nos, ficando atentos a todos os sinais, a entender a natureza do desafio que temos diante de nós.

Qual é a origem da situação na qual nos encontramos? Dom Giussani vem-nos socorrer mostrando-nos como a situação está radicada em algo que começou há muito tempo. Se não percebermos qual é a origem da fragmentação actual, correremos o risco de propor soluções que são parte do problema, que o agravam, o complicam, ao invés de oferecer uma alternativa

real. Por isso, permito-me reler alguns trechos de Dom Giussani que me parecem significativos – se alguém tiver uma interpretação melhor, proponha-a e verifique-a. Ele sustenta que a confusão em que nos encontramos, patente a todos, é favorecida pela nossa atitude de homens modernos, pelo facto de participarmos de uma posição humana à qual falta problematidade: “a nossa atitude de homens modernos perante o facto religioso carece de problematidade, normalmente não é uma verdadeira atitude problemática” (*Porquê a Igreja*, Lisboa, Verbo, 2004, p. 46). Agora que – por tudo aquilo que aconteceu este ano – está clara uma pergunta, podemos captar melhor, interceptar melhor a resposta que Dom Giussani dá. Mesmo sendo já conhecida, é como se agora a pudéssemos perceber em todo o seu alcance.

O que é que quer dizer que não temos uma atitude problemática verdadeira? Que nós “já sabemos”, que não há em nós uma verdadeira necessidade de perceber, que já reduzimos a necessidade, que não temos a curiosidade necessária para perceber. Às vezes – e aconteceu também diante das eleições –, a partida já está decidida antes mesmo de começar o jogo: cada um já tem uma imagem, uma explicação para tudo o que acontece. Dom Giussani diz: “A vida é uma trama de acontecimentos e de encontros que provocam a consciência, nela produzindo problemas em diversas escalas. O problema é a expressão dinâmica de uma reacção face aos encontros provocadores” (*Ibid.*). Tudo está na origem, no embate inicial, na reacção perante o que acontece, no impacto com o real, no despontar de cada situação (não depois, quando teorizamos): se aceitamos que no encontro com as circunstâncias venha à luz a pergunta, o problema, ou se “já sabemos”. Se “já sabemos”, o problema nem sequer surge. E, então, por que me haveria de empenhar, por que haveria de fazer alguma coisa? Mas a coisa mais grave é que, sem problematidade, sem uma atitude problemática verdadeira, sem aceitar os desafios que a realidade nos coloca, não poderemos colher o significado das coisas e do viver, porque “o significado da vida – ou das coisas mais pertinentes e importantes da vida – só é uma meta possível para quem estiver empenhado com a problemática total da própria vida”

(*Ibid.*). O adjectivo “total” é fundamental. Eu tenho a certeza de que todos nós nos empenhamos de uma maneira ou doutra, senão não estaríamos aqui, mas a verdadeira questão é a totalidade, tanto assim que, mesmo por trás de tanta agitação, o centro do eu pode estar parado, bloqueado, há anos. Depois uma pessoa relata as coisas concretas que fez e, com isso, julga demonstrar que se move. Mas a agitação pode esconder o facto de que, em tantas ocasiões, a pessoa não se move no fundo do seu ser. Os fariseus faziam muito mais coisas que os publicanos, mas o centro do eu deles não se movia. E uma pessoa que não se mova no fundo do seu ser nunca descobrirá o significado da vida, que só é uma meta possível para quem se deixa provocar e está comprometido “com a problemática total da própria vida”. De que depende o atingimento do significado? De um compromisso com a globalidade da vida. Dom Giussani coloca aqui a origem da nossa dificuldade.

Como se vê se temos uma atitude problemática verdadeira, se estamos diante do real aceitando o desafio que ele nos lança? “O aparecimento do problema implica o nascimento de um interesse, despertando uma curiosidade intelectual, em contraste com a dúvida [com o cepticismo, o já sabido], cuja dinâmica existencial tende a corroer o dinamismo activo do interesse, tornando-nos assim progressivamente alheios ao objeto” (*Ibid.*). Interesse e curiosidade de um lado, alheamento de outro, portanto. E o objeto a que, na ausência de problematicidade, nos tornamos alheios pode ser o ambiente em que vivemos, “o tecido de influências” que sofremos, “a trama das circunstâncias” em que nos encontramos. A atitude problemática, porém, é a nossa disponibilidade para “deixar-se provocar pelo problema” (*Id.*, p. 47), pela totalidade da vida. Caso contrário, que vemos acontecer em nós? Um “modo faccioso e unilateral” de estar no real, que hoje é a todos evidente, em virtude do qual cada “problema se apresenta mal ao nosso olhar, e o sujeito humano ficará facilmente em desvantagem a seu respeito” (*Id.*, p. 47). Parece ter sido escrita para hoje esta descrição da nossa desvantagem para mover-nos na situação actual sem sermos arrastados por ela.

Giussani identifica o início desta dificuldade na verificação de um processo de desarticulação de uma mentalidade orgânica, unitária, capaz de captar o nexos entre a vida e o seu significado e, por isso, de pôr adequadamente em questão cada passo individual. “A origem desse enfraquecimento de uma mentalidade orgânica [...] encontra-se numa possibilidade permanente do espírito humano, numa triste possibilidade de falta de empenhamento autêntico, de interesse e de curiosidade pelo real na sua totalidade” (*Id.* P. 48). Na semana passada, dando a primeira aula sobre *O Sentido Religioso* na Universidade Católica, saltou-me aos olhos a frase de Alexis Carrel que Dom Giussani utiliza no início do livro: “Na enervante comodidade da vida moderna, o conjunto das regras que dão consistência à vida ficou espapaçada”. Porquê? Porque “a maior parte dos esforços que o mundo cósmico impunha desapareceu, e com eles desapareceu também o esforço criativo da personalidade” (A. Carrel, *O homem perante a vida*. Porto, Educação Nacional, 1959, p. 30s). A frase de Carrel interessa-nos não tanto por desejar que os esforços impostos pelo mundo cósmico retornem, mas por reafirmar que, sem o empenho em enfrentar a vida em todas as suas problemáticas, o sujeito não surgirá. Quer dizer, se o indivíduo não se empenhar com a vida na sua totalidade, não surge a personalidade e, portanto, tornamo-nos como “mísseis perdidos”, como vemos à nossa volta e, frequentemente, entre nós. Há, conseqüentemente, uma dificuldade em julgar: “A fronteira entre o bem e o mal desvaneceu-se” (*Id.*, p. 32), observa Carrel, a pessoa fica desconcertada, não sabe julgar e reina a divisão por toda parte. Podemos fotografar deste modo o resultado das eleições: a divisão reina por toda parte. O que é um sinal do desconcerto, da divisão, da fragmentação que vivemos na sociedade. Mas, atenção!, se isto induzisse a concluir: “como há esta dificuldade, é preciso dar às pessoas um manual de instruções, porque é impossível que elas cheguem a um juízo”, seria o fim, agravava-se de maneira definitiva o problema. Ao invés de convidar e de desafiar constantemente as pessoas a um empenho com o real na sua totalidade, para que não vença a preguiça, para que o centro

do eu não fique parado e venha ao de cima a personalidade de cada um, damos o manual de instruções, tornando todos mais preguiçosos. Parabéns! Pensamos que assim se resolve o problema? Na realidade estamos só a introduzir uma desconfiança na capacidade de julgar do eu. E se, no modo de educar, insinuamos esta desconfiança, acabou-se! Passaremos a ser potenciais vítimas da propaganda alheia, todos. Quem assimila esta desconfiança na sua capacidade de julgar será arrastado por qualquer coisa e acabará à mercê das opiniões de quem grita mais alto.

Mas mais uma vez Dom Giussani nos surpreende. A nós, com efeito, pareceria óbvio pensar que, quanto mais fundamental e existencialmente decisiva é a questão a enfrentar, mais difícil é para o sujeito julgar. Não, não, não. É o oposto. “Quanto mais um valor é vital e elementar na sua importância [quais são os valores vitais e elementares na sua importância?] – destino, afeição, convivência [portanto também a política] – tanto mais a natureza dá a cada um a inteligência para conhecer e julgar” (L. Giussani, *O Sentido Religioso*. Lisboa, Verbo, 2000, p. 47). Lendo Dom Giussani descobre-se sempre algo de novo: tendo novas perguntas, surpreendemo-nos com coisas que se nos haviam escapado. Não é de todo verdade que, quanto mais vital é uma questão, mais desarmados estamos; não, não, não: tanto mais a natureza dá a cada um a inteligência para conhecer e para julgar. Por isso, como ele sublinha no terceiro capítulo de *O Sentido Religioso*, “do exemplo de Pasteur [...] parece-me resultar evidente que o coração do problema cognitivo do homem não exige uma capacidade particular da inteligência” (*Ibid.*), mas sim uma posição justa, uma atitude exacta (como define pouco depois). A questão, então, é se nós, educativamente falando, damos crédito a esta capacidade que a natureza nos deu ou introduzimos uma desconfiança, como faz o poder. Aqui tocamos o ponto nevrálgico da educação: dar crédito à capacidade de julgar que o Mistério colocou dentro de cada um de nós para enfrentar os problemas mais elementares e fundamentais do viver, despertá-la e desafiá-la continuamente. O centro de todo o problema é

suscitar no outro a posição justa, a atitude exacta para lhe permitir enfrentar qualquer questão. Qual é o primeiro sinal de que nós queremos o bem do outro? Que solicitamos a sua liberdade, isto é, lhe transmitimos esta confiança em si mesmo, caso contrário a afirmação do outro é apenas conversa fiada.

A certeza de que o Mistério pôs em cada um de nós liberdade e capacidade de juízo é o que permite entender até ao fundo o que Cristo fez com o homem.

2. A missão de Cristo e da Igreja

O que é que Cristo veio fazer? Giussani escreve: “Jesus Cristo não veio ao mundo para se substituir ao trabalho humano, à liberdade humana ou para eliminar a provação humana – condição existencial da liberdade. Ele veio ao mundo para conduzir o homem até ao fundo de todas as questões, à sua estrutura fundamental e à sua situação real”. Encarnando, Cristo radicalizou o método usado pelo Mistério para despertar constantemente o eu, para suscitar aquela atitude problemática e reacender aquele interesse que pode levar o homem a empenhar-se com o real na sua totalidade, de modo a captar o significado do viver. Não veio para se substituir a nós, para fazer de nós bonecos, fantoches, mas para criar homens. “Jesus Cristo veio para chamar o homem à *religiosidade* verdadeira, sem a qual qualquer pretensão de solução é mentira. O problema do conhecimento do sentido das coisas (verdade), o problema do uso das coisas (trabalho), o problema de uma autoconsciência completa (amor), o problema da convivência humana (sociedade e política), não estão bem colocados e, por isso, geram uma confusão cada vez maior [aqui está a origem da confusão] na história dos indivíduos e da humanidade, na medida em que não se fundam na religiosidade para tentar a sua solução”, quer dizer, são abordados sem a consciência da nossa necessidade, da nossa dependência original, isto é, daquilo que somos. “Não é tarefa de Jesus resolver os vários problemas [faria de nós ainda mais fantoches], mas alertar para a atitude com a qual o homem

pode, mais correctamente, procurar resolvê-los. É ao empenhamento de cada indivíduo que compete fazer este esforço, cuja razão de existir reside precisamente nessa tentativa” (L. Giussani, L. *Na origem da pretensão cristã*, Lisboa, Verbo, 2002, p. 113-114).

Assim até nos podemos ajudar a perceber qual é a verdadeira relação entre o “eu” e o “nós”, o indivíduo e a comunidade. Aquilo para que temos chamado a atenção é, com efeito, a própria tarefa da Igreja: “Se a Igreja proclamasse que a sua finalidade [de dar soluções,] era ganhar a partida no esforço humano de promoção, de expressão, de busca, faria [...] como aqueles pais que se iludem querendo resolver os problemas dos filhos substituindo-se a eles” (*Porquê a Igreja, op. cit.* p. 191). Há uma modalidade para dizer “nós”, há uma modalidade para nos tratarmos entre nós, para guiar uma comunidade, que é análoga ao comportamento daqueles pais com os filhos. Giussani adverte-nos que se trata de uma ilusão. “Seria uma ilusão também para a Igreja porque falharia, assim, na sua tarefa educativa”. Perceber a tarefa educativa é decisivo se quisermos gerar um sujeito capaz de fazer face à situação social, cultural, política, de maneira que não seja levado pela torrente das circunstâncias. “Além de que seria, por um lado, aviltar a história essencial própria do fenómeno cristão e, por outro, empobrecer o caminho do homem”. Há um modo de entender o cristianismo que é um empobrecimento do caminho do homem. “A Igreja, portanto, não tem o dever directo de fornecer ao homem a solução dos problemas que ele encontra ao longo do seu caminho. [...] A função que, na história, ela declara ser sua [como continuação da presença de Jesus na história] é a educação do sentido religioso da humanidade [isto é, da necessidade, da consciência do nosso ser], e vimos também que isto implica o apelo a uma atitude correcta do homem diante do real e das suas interrogações [dos seus problemas, porque esta atitude] é a posição óptima para encontrar as respostas mais adequadas àquelas interrogações”. Giussani insiste: “A gama dos problemas humanos não poderia ser subtraída à liberdade e à criatividade do homem, como se a Igreja devesse dar-lhes uma solução já confeccionada

[precisamente: manual de instruções], assim faltaria à sua primordial atitude educativa e tiraria valor ao tempo” (*Id.* p. 192).

A tentação do homem de exigir a solução dos problemas não é nova. Giussani traz o exemplo dos dois irmãos que vão ter com Jesus: “diz a meu irmão que reparta comigo a herança”. É o mesmo que pedir: “Pode-me dizer em quem votar? Por que não me diz?”. E Jesus responde: “Quem me constituiu juiz ou repartidor entre vós? Olhai, guardai-vos de toda a cobiça, porque mesmo que um homem viva na abundância, a sua vida não depende dos seus bens” (*Lc* 12, 13-15). O episódio, comenta Giussani, “sugere-nos antes de mais que, embora a coisa seja relatada apenas por S. Lucas, não devia ser invulgar que alguém se dirigisse a Jesus, como se fazia frequentemente com aqueles que eram reconhecidos como mestres, para resolver litígios e controvérsias, de tal modo é instintivo no homem pensar que encontrou a fonte da solução dos seus problemas! [Impressionante!] Jesus desfaz imediatamente este equívoco e, precisamente Ele, que se tinha manifestado muitas vezes juiz competente [não se tinha subtraído a julgar em tantas outras questões], desafiando a opinião pública [...], neste caso declara decididamente que não Lhe cabe a Ele arbitrar aquela questão. O seu interlocutor deve ter ficado, seguramente, desconcertado [como tantos de nós perante o não dar indicações de voto, entendo bem], e Jesus não perde a oportunidade de observar o que, por sua vez, Lhe compete a Ele fazer” (*Id.* p. 192s). Por isso a Igreja, em continuidade com Jesus, diz que sobre estas coisas, além de apelar à atitude para a qual Jesus chama a atenção, não tem nada mais a acrescentar. Isto não quer dizer que Jesus, pelo facto de não resolver o litígio, não diga nada, não faça nenhuma proposta. Vocês julgam, porventura, que se Ele tivesse dado a solução teriam parado de discutir? Teriam começado! E pensam que se tivéssemos dado as indicações de voto, teriam acabado os problemas? Previsivelmente, se algum de nós se tivesse dirigido à autoridade do movimento para receber uma clara indicação eleitoral e esta tivesse dito em quem votar, essa mesma pessoa, se a indicação não coincidissem com o que já tinha pensado e

decidido no seu íntimo, teria objectado imediatamente: “Oh, não! Logo aquele partido, não!”. Ora, Jesus, comportando-Se daquele modo com os dois irmãos, não é que não proponha nada, mas diz: se quiserem resolver a questão, não me peçam a solução, perguntem-me antes qual é a atitude a assumir para enfrentar a questão de maneira correcta, ou seja, não se prendam àquilo de que a vossa vida não depende. Jesus está, portanto, a dizer que se o critério de juízo deles não estiver centrado, se não tiverem a atitude correcta, não poderão resolver o litígio, não poderão chegar a uma solução adequada. “Cristo, tal como a Igreja [...], não veio para resolver os problemas da justiça, mas sim para introduzir no coração do homem a condição sem a qual a justiça deste mundo poderia ter a mesma raiz que a injustiça” (*Ibid.*). Muitas vezes isto parece-nos pouco – temos visto isto também nestes tempos: aquilo que Jesus diz parece-nos pouco, não suficientemente concreto, comparado com a necessidade que temos (de não fazer o movimento errado um metro antes da meta). Mas Giussani, que nos conhece como se nos tivesse dado à luz, observa: atenção, “A função de Cristo e da Igreja em relação aos problemas dos homens não é, em todo o caso, igual a zero [é uma contribuição real, é uma proposta essencial; esta porém] [...] não é a fórmula mágica para evitar mecanicamente cometer esses delitos [quanto aos dois irmãos ou à injustiça], mas é o fundamento para que mais facilmente a solução seja humana”. Como se reconhece a humanidade da solução? “Devemos afirmar novamente que a liberdade é, precisamente, o sintoma essencial da humanidade da solução: a liberdade no seu sentido mais fecundo, potente e completo, que Cristo e a Igreja reclamam, a liberdade do homem vigilante, com o olhar atento e o espírito aberto de par à sua origem e ao seu destino” (*Ibid.*).

Nestas palavras encontramos resposta completa para a pergunta sobre a relação entre o “eu” e o “nós”. Há uma modalidade do relacionamento entre o eu e o nós que leva a uma exaltação do eu, a uma capacidade de julgar (como para os dois irmãos), e há outra (como para os pais, do exemplo) que se substitui ao eu, de forma que não vem a lume a personalidade, não se gera

um sujeito capaz de juízo. A relação entre o eu e o nós pode ser estabelecida de vários modos. Por isso, se nós não nos ajudamos a perceber o nexos, a estabelecer com clareza qual é a verdadeira relação entre o eu e o nós, voltaremos a tropeçar.

Têm vindo a surgir questões decisivas para o nosso caminho que é preciso esclarecer, e não para nos censurarmos alguma coisa. Quando Giussani dizia que o que acontecera no início, o seguir a imponência de uma presença (“o Movimento nasceu de uma presença que se impunha e trazia à vida a provocação de uma promessa a seguir”), se havia transformado em “organização”, captava na nossa experiência algo de distorcido. Isto não queria dizer que já não devesse existir o “nós”, mas que havia um modo do “nós” que não era adequado ao eu. A alternativa a um nós distorcido não é tirar o nós para enfatizar o eu, mas é reencontrar as razões de um nós que seja adequado às exigências do eu. Afirmar o eu não é ir contra o nós. O problema é que imagem temos do nós no nosso modo de pensar a política, de enfrentar as eleições, de nos acompanharmos, de viver a comunidade, de viver uma Fraternidade, de viver a amizade, de viver as relações familiares. Qual é a natureza do nós? Por isso, quando alguém contrapõe o eu e o nós erra, porque ninguém quer tirar o nós da experiência: o problema é esclarecer de que nós é que estamos a falar. Então, deixemos de dizer que o eu se contrapõe ao nós para continuar a não mudar. Não se contrapõe nada. Contrapõe-se, isso sim, um nós a um outro nós. Quando Dom Giussani dizia que CL se havia transformado numa organização, não estava a dizer que então a comunidade se devia tornar “líquida”, inconsistente, mas estava a fazer uma correcção precisa: dizia que a comunidade já não era um lugar de geração do eu, que não era um nós adequado às exigências do eu. Uma organização não responderá nunca às exigências do eu – nunca. E se o nós não é um lugar adequado para o eu, a este eu deixará de interessar um nós assim e buscará um outro lugar, quer queira quer não; e não bastará defender o nós abstractamente, porque as pessoas se vão estar nas tintas; o critério para julgar, de facto, cada qual o possui dentro de si.

Então, a questão não é apenas afirmar um nós, mas que tipo de nós, que tipo de comunidade é necessária para fazer com que cresçam eu, para que seja adequada ao eu, para que se volte a dar um despertar do eu. E se este acordar não se repete, acabaremos todos na confusão. Ao invés, se surgirem estes eu poderá apresentar-se na realidade um lugar de esperança. Por isso, na *Nota sobre as eleições*, recordando aquilo que Giussani nos dizia, chamámos a atenção para que “o primeiro nível de incidência política de uma comunidade cristã viva é a sua própria existência” (L. Giussani, *Il Movimento di Comunione e Liberazione. Conversazioni con Robi Ronza*. Milão, Jaca Book, 1987, p. 118). Mas, atenção ao que é dito aí, porque a questão está toda nos adjetivos (“comunidade cristã viva”): podem surgir lugares que são como organizações nas quais o eu se deteriora ou então podem multiplicar-se, dilatar-se comunidades cristãs “vitais e autênticas”, que despertam o eu, que interessam ao eu, que o atraem, e assim a comunidade cristã torna-se um dos protagonistas da vida civil. Que tipo de lugares são estas comunidades nas quais o eu floresce, que são capazes de interceptar as necessidades originais do homem e de oferecer-lhes uma resposta adequada? Se não nos ajudamos nisto acabaremos por mudar a palavra de ordem, mas nada mudará de facto. Gostava que cada um advertisse a urgência disto.

Temos de amadurecer uma consciência plena daquilo que somos, para podermos construir lugares adequados para o crescimento do eu e para não perpetuarmos lugares que sejam apenas “organizações”. Para mim, a partida joga-se a este nível, e é para isto que Dom Giussani nos alertou.

Em 1969, Joseph Ratzinger dizia: “Da crise de hoje surgirá amanhã uma igreja que terá perdido muito. Ela passará a ser mais pequena, terá de recomeçar tudo do princípio. Ela já não poderá preencher muitos dos edifícios que havia erigido no período da conjuntura alta. Além de perder membros numericamente, ela perderá também muitos de seus privilégios na sociedade. [...] Será uma igreja [...] que não se orgulha do seu mandato político e não flirta

nem com a esquerda nem com a direita. [...] De facto, o processo da cristalização e da clarificação também lhe custará umas forças valentes. Vai torná-la pobre, fará que passe a ser uma igreja dos pequenos. [...] O processo será longo e moroso [...]. Mas depois da provação destas divisões sairá de uma igreja [...] simplificada uma grande força” (J. Ratzinger, *Fede e futuro*. Brescia, Queriniana, 1971, p. 114-116). Foi o que aconteceu ao povo de Israel: quando foi despojado de tudo, surgiu aquele “resto” de que falava nestes dias Bento XVI, o resto de Israel. É o que também Dom Giussani havia dito há tantos anos: “Realmente – não como força de expressão, não sem intenção, mas realmente –, se ficássemos só dez, em vez de todo o Movimento, esta vontade de verdade do Movimento nos deixaria dolorosamente intactos, dolorosamente em paz e dolorosamente vivazes para começar do zero, para retomar continuamente”. O que quer dizer Giussani com este exemplo extremo? Que “o nosso comportamento não seria determinado como euforia ou como abatimento, como exaltação ou como tédio, ou como desilusão, pelo resultado das coisas, pelo resultado social das coisas” (Conselho Nacional de CL, Milão, 15 e 16 de Janeiro de 1977). Por isso é como se nós, por tudo quanto estamos a viver, tivéssemos de recomeçar com simplicidade propondo novamente gestos, lugares onde possam nascer pessoas novas, diferentes. Isto nos introduz ao último ponto.

3. A pertinência da fé às exigências da vida

Não basta um nós qualquer, não basta um lugar qualquer, porque nos podemos tornar uma associação em vez de um movimento, e podemos recomeçar sem ter aprendido nada. É aqui que se unem o desafio do Ano da Fé, o Sínodo com o seu chamamento à conversão e o gesto da renúncia do Papa. Amigos, se nós não verificarmos, exatamente nesta situação que estamos a atravessar, a pertinência da fé às exigências do viver, a nossa fé não poderá resistir e nós não teremos razões adequadas para ser cristãos. Poderemos não sair de CL, mas o nosso interesse

irá desviar-se para outro lugar: não será já Cristo o centro da nossa afeição, não será já Cristo aquilo que temos de mais querido. O desafio de Dom Giussani estará sempre aí, diante dos nossos olhos: ou a fé é uma experiência presente confirmada por ela... e qual é a confirmação? Que é útil para responder às exigências da vida, da educação dos filhos à política, do problema da doença ao problema do trabalho, do problema mais pessoal ao social. Se não fosse para isso, não seria uma fé capaz de resistir num mundo onde tudo, tudo, diz o contrário. Se, para nós, a experiência da fé não é a descoberta constante da sua pertinência às exigências da vida e portanto às exigências que temos no trabalho ou face às eleições, introduz-se o início do dualismo. É aqui que se coloca o desafio: Cristo é tão real que consegue responder às nossas exigências? É tão real – como nos testemunha Santo Ambrósio – que dá condições a um homem para desafiar o imperador, que o torna livre a esse ponto? A vida do homem é regida por uma satisfação, como nos lembrou Santo Tomás: “A vida do homem consiste no afecto que principalmente o sustenta e no qual encontra sua maior satisfação” (cf. *Summa Theologiae*, II, II, q. 179, a. 1). Então, ou fazemos a experiência de uma real satisfação, porque Cristo não é abstrato mas real – como o Papa nos testemunhou com o seu gesto – ou, não tendo esta satisfação, vamos procurá-la algures, nas migalhas do poder. Mas, as migalhas são demasiado pouco para a capacidade do espírito. Se Cristo não é a experiência que nos satisfaz, dependeremos, como todos, do resultado das outras coisas: dos acontecimentos eleitorais ou da nossa carreira ou dos nossos projectos. Só levando a sério toda a nossa necessidade é que podemos perceber que tipo de promessa a presença de Cristo faz à vida. Caso contrário seremos como toda a gente: quando as coisas correm bem estamos contentes e quando correm mal estamos desiludidos. Nunca livres! Porque a liberdade do gesto do Papa assenta num pleno, nessa plenitude que vem da relação com Cristo presente. Quando falta a consciência do que somos e não aceitamos a problematidade da vida, que faz sobressair a exigência de totalidade do nosso eu, nem sequer nos damos conta do que seja Cristo, de qual é

o valor de Cristo para nós. Mas então é a fé que está em risco: o problema é que Cristo não é capaz de agarrar o eu, e se não o agarra tornamo-nos “misseis perdidos”.

É, pois, o momento de tomar as rédeas, ou seja, de que cada um olhe para si mesmo e diga: mas eu, de todo este tempo, deste ano em que fomos desafiados sem trégua, saio com mais certeza de Cristo ou não? Porque senão, contentes ou abatidos, estivemos a perder tempo. Agitamo-nos dum lado para o outro, mas estamos potencialmente desiludidos com a fé: a fé esvazia-se porque não vemos na nossa experiência a sua pertinência às exigências do viver. Não se recomeça simplesmente mudando a palavra de ordem ou a estratégia, mas apenas convertendo-nos. Se não nos convertermos, se não fizermos uma experiência real de Cristo presente, repetimos reduções e erros já experimentados.

Este último ano que passou é uma poderosíssima chamada de Deus à conversão e, por isso, àquela experiência de plenitude e de liberdade originada pela presença contemporânea de Cristo, que é a única capaz de desafiar a imagem que tantos têm de nós: um grupo político em busca do poder. Se não fizermos a experiência desta realização, desta diversidade humana, não poderemos responder ao desafio da situação.

Que uma experiência assim é possível foi o que o Mistério nos colocou diante dos olhos com o gesto desarmante de Bento XVI, com o seu ar seguro e alegre. Cada um poderá dizer o que quiser mas, atrás da porta de Castelgandolfo que se fechava, estava a cara alegre de um homem. Que densidade assume, agora, ouvir de novo aquela famosa frase de Santo Ambrósio – *Ubi fides, ibi libertas* (Ep. 65,5). A fé é o reconhecimento de uma presença presente, tão real que torna possível a liberdade, a letícia, a alegria. Este é o significado do gesto do Papa.